

Enunciado: Princípio da Cindibilidade

ENUNCIADO 1: O Oficial pode, após análise do título, com fundamento no princípio da cindibilidade, averbar apenas aquilo que comporta averbação e retirar aquilo que não pode ser ou que o interessado não quer que seja objeto de averbação.

ENUNCIADO 1.1: Para a aplicação da cindibilidade do título existem alguns requisitos: (a) a pluralidade de conteúdos constantes em um mesmo título formal; (b) a existência de títulos registráveis e irregistráveis; e (c) a ausência, dentro do mesmo título formal, de interdependência ou unidade do ato registrável em relação ao ato irregistrável.

Além disso, **é necessário requerimento específico firmado pelo interessado**, bem como **deferimento fundamentado do oficial**, após a qualificação do título.

Exemplos: 1) Averbação em caso de divórcio, em que o divórcio tenha transitado em julgado e a sentença, no que se refere à partilha de bens não esteja clara, podendo a parte solicitar que seja averbado apenas o divórcio, sendo expedida nota de devolução em relação à partilha de bens; 2) Averbação de reconhecimento de paternidade/maternidade, em que a alteração do nome não esteja clara no instrumento, mas o reconhecimento sim; entre outros.

ENUNCIADO 1.2: Havendo exigências a serem satisfeitas, o oficial deverá indicá-las ao apresentante por escrito, de forma clara e objetiva, com os fundamentos de fato e de direito, para que o interessado possa satisfazê-las ou, não se conformando, requerer a suscitação de dúvida, nos termos do artigo 150 e seguintes do Provimento 93/CGJ/2020.

Seguem, em anexo, os modelos do procedimento da suscitação de dúvida, os quais deverão ser adaptados ao caso concreto.

Entendimento firmado a partir do dia 23/02/2023 pela Comissão de Enunciados.

MODELO DE NOTA DEVOLUTIVA

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DE _____

Local, ____ de _____ de 20____

Nota devolutiva referente ao protocolo nº _____

Prezado(a) Senhor(a),

Trata-se de pedido de (...)

Desta forma, a nosso ver, faz-se necessária (fundamento legal).

Ante o exposto, devolvo o(s) documento(s) para o saneamento indicado.

Atenciosamente,

Oficial

Ciente

____/____/____

Não se conformando com as exigências, o interessado poderá requerer a suscitação de dúvida, nos termos do art. 198 da Lei 6.015/73 e art. 151 do Provimento Conjunto 93/2020.

MODELO DE REQUERIMENTO PARA SUSCITAÇÃO DE DÚVIDA

Ilustríssimo(a) Senhor(a) Oficial(a) do Registro Civil das Pessoas Naturais de
_____/MG

Eu, _____,

(nacionalidade) _____, (estado civil) _____,

(profissão) _____, (identidade) _____,

(CPF) _____, (endereço) _____

,(telefone) _____, (email) _____

(filiação) _____

venho perante Vossa Senhoria, expor e requerer o seguinte: _____

Após exame por esse(a) Oficial(a), foi recusado _____

Este(a) requerente não se conformando com a recusa desse(a) Oficial(a), vem reiterar o pedido. Contudo, caso Vossa Senhoria venha manter o mesmo entendimento, requer este(a) peticionário(a) seja SUSCITADA A DÚVIDA ao Juiz competente, de acordo com o que preceitua o artigo 198 da Lei de Registros Públicos e os artigos 150 a 161 do Provimento Conjunto nº 93/2020.

Termos em que,
Pede deferimento.

Local, _____ de _____ de 20____

MODELO DA NOTIFICAÇÃO DA SUSCITAÇÃO DE DÚVIDA

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DE _____

Local, ____ de _____ de 20____

Ref.: Notifica suscitação de dúvida referente ao protocolo nº _____

Prezado(a) Senhor(a),

Conforme requerido, esta Serventia está suscitando a dúvida ao Poder Judiciário desta Comarca, relativamente ao protocolo nº _____.

Caso pertinente, poderá oferecer impugnação perante o Juízo Competente, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 198 da Lei 6.015/73 e art. 151, V do Provimento Conjunto 93/2020.

Assim, encaminho em anexo cópia da suscitação de dúvida.

Atenciosamente,

Oficial

Ciente

____/____/____

MODELO DE OFICIO AO JUIZ

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ___ VARA CÍVEL
DA COMARCA DE _____**

_____, Oficiala do Registro Civil das Pessoas Naturais de _____/MG, vem, nos termos do art. 198 da Lei 6.015/73 c/c art. 30, XIII, da Lei 8.935/94 c/c os artigos 150 a 161 do Provimento Conjunto nº 93/2020 – Código de Normas, encaminhar o levantamento da dúvida à Vossa Excelência para que possa dirimi-la, diante dos seguinte fatos que passo a expor:

Dos fatos

Em vista do exposto e em face ao requerimento da apresentante solicitando a suscitação de dúvida, encaminho o presente para que V.Exa. pondere e ordene o que for de direito.

Na oportunidade, certifico que o(a) interessado(a) foi notificado(a) dos termos da suscitação de dúvida, conforme documento anexo.

Termos em que,

Pede deferimento.

Local, _____, de _____ de 20__.
